**TERMO DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR DO PROJETO DE \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**(a)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (b), morador na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, contribuinte n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, inscrito na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (c) sob o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto -Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual, que o projeto de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (a), de que é autor, relativo à obra de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (e), localizada em \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (f), cujo \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (g) foi \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (h) por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (i):

a) Observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, designadamente as normas técnicas de construção em vigor \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (j);

b) Está conforme com os planos municipais ou intermunicipais de ordenamento do território aplicáveis à pretensão, bem como com\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (k).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(data)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_(l)

(assinatura).

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (m)

**Instruções de preenchimento:**

(a) Identificar o tipo de operação urbanística, projeto de arquitetura ou de especialidade em questão.

(b) Indicar nome e habilitação do autor do projeto.

(c) Indicar associação pública de natureza profissional.

(e) Indicar a natureza da operação urbanística a realizar.

(f) Indicar a localização da obra (rua, número de polícia e freguesia).

(g) Indicar se se trata de licenciamento ou comunicação prévia.

(h) Indicar que foi «requerido» no caso de licenciamento ou «apresentado» no caso de comunicação prévia.

(i) Indicar o nome e morada do requerente ou comunicante.

(j) Não é necessário enumerar as normas técnicas e regulamentares aplicáveis, no entanto tem de ser identificado e justificado de forma fundamentada os motivos da não observância das normas técnicas e regulamentares, nos casos previstos no n.º 5 do artigo 10.º RJUE.

(k) Indicar a licença de loteamento ou informação prévia, quando aplicável.

(l) Assinatura digital qualificada.

(m) Código de verificação das competências profissionais emitido por associação pública de natureza profissional, quando for o caso.